



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



**PROCESSO Nº:** 38097/2007 B

**ORIGEM:** 2ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

**ASSUNTO:** ESTUDOS ESPECIAIS

**EMENTA:** Estudos desenvolvidos no âmbito da 2ª ICE acerca da aplicação das normas descritas no art. 120 da Lei nº 8.112/90, bem como da regularidade ou não (legalidade/constitucionalidade) de normas instituídas pelo Decreto nº 25.324/04, tudo conforme comandos da Decisão nº 3714/07, proferida nos autos do Processo nº 30016/06. O Ministério Público, com ajustes, corrobora as proposições do corpo técnico. Levados os autos a Plenário (S.O. nº 4171, de 29.05.08), adiou-se a discussão da matéria neles tratada (Decisão nº 2793/08), por força do art. 65 do Regimento Interno desta Corte. **Nesta oportunidade, reapresento o voto, que acolhe as manifestações da 2ª ICE e do douto Parquet.**

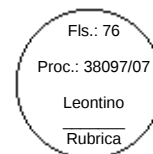
### **RELATÓRIO**

Trata-se de estudos desenvolvidos no âmbito da 2ª ICE acerca da aplicação das normas descritas no art. 120 da Lei nº 8.112/90, bem como da regularidade ou não (legalidade/constitucionalidade) de normas instituídas pelo Decreto nº 25.324/04, tudo conforme comandos da Decisão nº 3714/07, proferida nos autos do Processo nº 30016/06.

Levados os autos a Plenário na S.O. nº 4171, de 29.05.08, a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



discussão da matéria neles tratada, por força do art. 65 do Regimento Interno desta Corte, foi adiada (Decisão nº 2793/08).

Nesta oportunidade, reapresento o voto então proferido, que acolhe as manifestações da 2ª ICE e do douto *Parquet*. Ei-lo:

Estes autos foram autuados em atenção ao item VI da Decisão nº 3714/07, proferida nos autos do Processo nº 30016/06, *in verbis*:

*O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, que acolheu, em parte, o voto do Relator, decidiu: (...) VI – determinar à 2ª ICE, por sua unidade técnica competente, a realização de estudos especiais acerca dos seguintes pontos: a) exata compreensão do comando contido no art. 120 da Lei nº 8.112/90, em termos de contrapartida financeira e funcional aos que se enquadrarem na circunstância ali prevista, a par das considerações vertidas nos parágrafos 14 “usque” 24 do Parecer nº 602/2007 – MF; b) regularidade ou não (legalidade/constitucionalidade) das normas instituídas pelo Decreto nº 25.324/04, sobretudo as previstas nos arts. 3º, 4º e 9º, levando em consideração os argumentos trazidos pela nobre representante do Ministério Público no parecer citado acima, bem como os dos votos subsequentes.*

A propósito, assim se manifestou o corpo técnico:

#### **HISTÓRICO DOS FATOS**

2. *No Relatório de Auditoria n.º 2.0002.06 (Processo nº 30016/06), a equipe técnica apontou vários achados, entre eles, acumulação irregular de cargos efetivos de servidores ocupantes do cargo efetivo de médico na Secretaria de Saúde/DF e outro de perito médico legista na Polícia Civil/DF, conforme contido nos parágrafos nºs 20/25 do Relatório:*

##### **“2.1.2 Ausência de Contraprestação na SES**

20. *Conforme já referido, constatou-se que os médicos constantes do Quadro 1 são servidores de carreira tanto da SES como da PCDF, apesar de constarem no SIGRH como cedidos.*

21. *Trata-se, em termos gerais, da seguinte situação: o servidor detém um cargo efetivo na PCDF (40 horas) e outro na SES. Em determinada data, é empossado em cargo em comissão na PCDF. Ao ser comunicada tal situação à SES, ele deixa de trabalhar na SES, continuando a receber a remuneração por essa Secretaria, além dos*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 77  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

proventos da PCDF (constituídos de vencimentos do cargo efetivo acrescidos da representação do cargo em comissão).

22. Ainda, na maioria dos casos, se a carga horária na SES era de 20 horas antes da nomeação para o cargo comissionado na PCDF, após requerimento do servidor, passou a ser de 40 horas (sem contraprestação de serviço). Tal duplicação de vencimentos ocorreu para os servidores de matrículas SES 1282085, 1281003, 1446665, 1158376, 1282042, 1245856 e 1252879 (Anexo I, fls. 72 e 74; 93 e 94, 126 e 141; 160 e 161; 178 e 180; 181 e 184). Solicitação explícita de implementação de remuneração com base em jornada de 40 horas semanais, para os servidores de matrículas 1282085, 1281003, 1446665, 158376, 1245656 e 1252879, consta dos expedientes firmados pelas chefias do Núcleo de Pessoal Cedido e da Gerência de Pessoal Ativo da SES (fls. 37, 40, 44/45, 52/53, 64/65 e 69/70).

23. Questionado acerca dessa situação, o Chefe do Núcleo de Pessoal Cedido informou a existência de Portaria que fundamentaria tal prática por parte da SES. Essa Portaria foi solicitada pela Equipe, mas não ocorreu o fornecimento de cópia ou da identificação dela.

24. Durante a reunião de discussão dos Achados da Auditoria, já citada, § 10, a Diretora de Recursos Humanos declarou o artigo 120 da Lei n.º 8.112/90 como fundamento legal para a situação de pagamento pela SES, sem a contraprestação referida. Além disso, afirmou que outros Órgãos do GDF praticavam esse entendimento, o que foi questionado pela Equipe, que solicitou informações mais detalhadas e não obteve resposta.

25. Como indicado, em resposta às questões do Achado, comentadas neste tópico, por meio de Nota assinada pelo Chefe do Núcleo de Pessoal Cedido e encaminhada mediante o Ofício N.º 3605/2006-GAB/SES, limitou-se à indicação do artigo referido, conforme abaixo transcrito:

“...O artigo N.º 120 da Lei N.º 8.112/90 dispõe que o servidor que acumular lícitamente dois vínculos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos;” (fls. 21) ” (grifamos)

3. A equipe de auditoria, em face da situação verificada e demonstrada no relatório, expôs sua conclusão sobre a matéria:

“28. Na presente questão, é permitida a acumulação de dois cargos de médico, conforme ocorria antes da investidura em cargo em comissão. Após essa investidura, sendo o cargo em comissão de dedicação exclusiva (art. 119 da Lei N.º 8.112/90), somente poderia ocorrer, mediante opção, o exercício do cargo efetivo da PCDF; e desde que comprovada a compatibilidade de horários, após a investidura na função, uma vez que essa requer carga horária de 40 horas. Sendo dois cargos de médico, porém, em razão do Princípio da Legalidade, a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 78  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*Administração não pode entender o afastamento como autorização para a percepção de vencimentos sem a devida contraprestação do serviço. Ora, se o médico trabalha apenas 40 horas na PCDF, não pode receber, como ocorre, representação pela função comissionada, e remunerações pelos dois cargos efetivos, um na PCDF e o outro na SES, esse último sem a contraprestação do serviço.*

29. Ademais, a prática dos gestores da SES em tentar legitimar essa situação irregular por meio do instituto da cessão, configura-se burla aos Princípios elementares do Direito Administrativo.

30. Apesar de a Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, mencionada no Despacho da Corregedoria-Geral da União, aplicar-se ao normativo 120 da Lei n.º 8.112/90, alterado no âmbito federal<sup>1</sup>, o que subsiste da deliberação do TCU é a necessidade de que o trato público deve ser responsável, isto é, o principal elemento da relação institucional existente, no que tange ao servidor, é a contraprestação, e essa não pode ser dispensada pela Administração ao alvedrio da lei. Esse entendimento está explicitado na Decisão do TCDF, N.º 153/2006, Processo n.º 273/2003. E novamente exposto nos mesmos autos, nos termos da Decisão N.º 6.413/06 - TCDF:

*“VII) determinar à PMDF que instaure sindicância para apurar as condições de regularidade legal da cessão da servidora (Médica) à CLDF, haja vista que a mesma é detentora de dois vínculos estatutários legais com o Distrito Federal: PMDF e Secretaria de Saúde. Se a cessão se deu na condição de Médica da PMDF a servidora deveria, em princípio, prestar sua carga horária legal como Médica da Secretaria de Saúde nas dependências daquele órgão. É preciso, portanto, que se examine a compatibilidade das cargas horárias entre os órgãos de origem e o órgão requisitante;”*

31. Tais práticas, por parte dos gestores da Secretaria, constituem irregularidades passíveis de aplicação de multa, justificando a audiência dos servidores Maria de Fátima Gomes Cordeiro, Diretora de Recursos Humanos, Maria Isabel Gonçalves, Gerente de Pessoal Ativo, e Eliando César Leite Pontieri, Chefe do Núcleo de Pessoal Cedido. Configuram,

<sup>1</sup> “Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.”. Salienta-se que a alteração, no âmbito Federal, objetivou amenizar a rigidez anteriormente declarada pela norma, norma essa, mais restritiva, ainda aplicável no âmbito do DF. Não pode a Administração dar interpretação ampliativa, ferindo os Princípios Administrativos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 79  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*ainda, indícios de improbidade administrativa, pois, mesmo sabendo da impossibilidade de pagamento sem contraprestação, manteve-se o entendimento prejudicial ao Serviço Público e contrário aos Princípios da Legalidade, Razoabilidade e Moralidade, tornando-se necessário o envio do Relatório da Auditoria ao Ministério Público do Distrito Federal, para as providências que julgar necessárias. Outrossim, além da instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, devem ser regularizadas, de imediato, as situações dos servidores constantes do Quadro 1 (Item 3. Conclusão, Quadro 2, Achados 2 e 3).“*

(...)

**MANIFESTAÇÃO DO MPC/DF**

6. Manifestando-se acerca do assunto, o douto Ministério Público de Contas/DF, naqueles autos, apresentou o Parecer nº 602/07-MF expondo que:

“6. Referidos achados de auditoria indicam que muito pouco se implementou para solucionar, de forma efetiva, os problemas que haviam sido apontados no Processo nº 524/2001<sup>2</sup>, em que se atestou procedência da denúncia ofertada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde – PROSUS acerca de irregularidades verificadas na área de pessoal da então Fundação Hospitalar do DF e revelou a fragilidade do controle interno desse órgão.

7. Em função disso, este Parquet põe-se integralmente de acordo com a análise desenvolvida pela zelosa equipe de auditoria, bem como suas conclusões e sugestões envolvendo os procedimentos em questão e as medidas saneadoras cabíveis.

8. De todo modo, compreende-se necessário agregar algumas considerações acerca das impropriedades apontadas no substancial Relatório de Auditoria nº 2.0002.06, especialmente as que implicariam possível ocorrência de lesão ao erário, resultantes dos afastamentos de médicos para o exercício de cargos comissionados junto à PCDF, na suposta condição de cedidos, quando neste órgão também ostentariam vínculo efetivo em cargos privativos de médico.

9. Segundo apurado pelo corpo técnico, trata-se, em termos gerais, da seguinte situação: “o servidor detém um cargo efetivo na PCDF (40 horas) e outro na SES. Em determinada data, é empossado em cargo em comissão na PCDF. Ao ser comunicada tal situação à SES, ele deixa de trabalhar na SES, continuando a receber a remuneração por essa Secretaria, além dos proventos da PCDF (constituídos de vencimentos do cargo efetivo acrescidos da representação do cargo em comissão). Ainda, na maioria dos casos, se a carga horária na SES era de 20 horas antes da nomeação para o cargo comissionado na PCDF, após requerimento do servidor, passou a ser de 40 horas (sem

<sup>2</sup> Apensado ao Processo nº 2948/1999, noticiado no parágrafo 2º desta peça processual.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 80  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*contraprestação de serviço).*”

10. Como supedâneo à questionada prática, os gestores da SES informaram o artigo 120 da Lei nº 8.112/90, cuja redação aplicável no Distrito Federal tem o seguinte teor: “O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos”.

11. Mencionam também o disposto no Decreto nº 25.324/04, alterado pelo de nº 25.567/05, que veicula normas respeitantes à concessão do regime opcional de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais aos servidores distritais, especificamente, o contido no artigo 9º e seu § 1º, assim vazados:

Art. 9º – A opção de que trata o artigo 1º (regime de 40 horas) não se aplica ao servidor nomeado para ocupar cargo em comissão.

§ 1º - O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica.

12. A questão que aqui se examina é saber, em primeiro lugar, se o afastamento dos cargos efetivos imposto pela lei deve ocorrer com ou sem percepção da remuneração a eles correspondentes, já que nos autos sob exame alguns servidores, tendo dois vínculos efetivos destinados a profissionais da área médica – médico na SES, com jornada de 20 horas semanais, e perito médico legista na PCDF, com jornada de 40 horas semanais –, ao assumirem cargos em comissão junto a esse último órgão, continuariam a perceber remuneração relativa aos cargos efetivos, sem, contudo, oferecer a devida contraprestação de serviço em qualquer deles, pois, como restou evidenciado, os envolvidos estariam afastados de ambos, dedicando-se integralmente às funções comissionadas.

13. Em segundo lugar, questiona-se o fato de terem, na origem (SES), seus vencimentos calculados sob carga horária “cheia”, denotando certo conflito com o que prevê não só a própria norma regulamentar em seu artigo 4º, no sentido de que os afastamentos legais (caso do artigo 120 da Lei nº 8.112/90) implicariam o cancelamento automático do regime de 40 horas, como também burla aos postulados constitucionais da legalidade, moralidade e razoabilidade.

14. A respeito da situação incomum consistente na tríplice acumulação remuneratória, havia entendimento esposado pela ex-Secretaria de Gestão Administrativa, atual Secretaria de Planejamento e Gestão, constante inclusive em Manual de Normas e Procedimentos Administrativos daquela antiga pasta, facultando tal possibilidade ao servidor que acumulasse dois cargos efetivos de forma lícita e fosse nomeado para assumir cargo em comissão ou função de confiança.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 81  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

15. Essa orientação decorreria, salvo melhor juízo, de interpretação extensiva à regra geral (comum) estatuída no artigo 2º da Lei federal nº 8.911/94, mantida, em sua essência, no art. 3º<sup>3</sup> da Lei-DF nº 1.141/96, estabelecendo a faculdade de o servidor investido em cargo em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento, optar pela remuneração correspondente ao vencimento de seu cargo efetivo, acrescido de percentual do vencimento fixado para o cargo/função comissionada (55%), mais sua representação mensal.

16. Contudo, este órgão ministerial não se sente convencido da retidão do entendimento sufragado pela Administração local no tocante ao trato remuneratório das ocorrências aqui examinadas, subsumidas no artigo 120 da Lei nº 8.112/90, pela natureza que ostentam. Primeiro, porque, por princípio de hermenêutica, as exceções interpretam-se restritivamente. Segundo, à míngua de previsão legal expressa na concessão de benefício, deve-se buscar solução analógica que melhor se amolde aos princípios constitucionais que regem o atuar administrativo, porém subverte os postulados da supremacia do interesse público, da razoabilidade, da moralidade e da legalidade, como se verificará mais adiante, a possibilidade de se agregar um plus financeiro à remuneração de servidor em contrapartida à redução de sua carga horária semanal de trabalho.

17. Por conexão com o tema, importa citar entendimento trilhado pelo eg. Tribunal de Contas da União no sentido de admitir a citada cumulatividade remuneratória na hipótese única, frise-se, de haver contraprestação de serviço por um dos cargos efetivos, quando se verifique compatibilidade de local e carga horária com o exercício do cargo comissionado, o que representa compreensão mais adequada ao comando do artigo 120 da Lei nº 8.112/90, em sua redação originária<sup>4</sup>, tornando-o conciliável com o objetivo do texto constitucional (extraído do artigo 37, inciso XVI) e os princípios da moralidade e economicidade que devem nortear os atos administrativos.

18. O ilustre ministro Lincoln Magalhães da Rocha, no voto condutor da Decisão nº 321/1996 – Plenário (Processo TC 325.058/1993-8), argumentou que o artigo 120 da Lei nº 8.112/90 deveria ser lido em sintonia plena com os dizeres da Constituição Federal, que outorga direito de acumulação a profissionais da educação e da saúde, respeitada a compatibilidade horária, sendo, pois, vedado realizar leitura tendenciosa daquele dispositivo a fim de conduzir a uma interpretação anulatória do preceito constitucional, sobretudo em se tratando de áreas tão sensíveis à população.

19. Sua Excelência asseverou, em reforço, que a Administração Pública não poderia ser tolhida em sua estruturação e organização por

<sup>3</sup> Art. 3º - É facultado ao servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, nomeado para o exercício de cargos em comissão ou de natureza especial, optar pela percepção da remuneração do cargo efetivo, acrescida, exclusivamente, do valor correspondente à representação mensal do cargo comissionado, não fazendo jus ao respectivo vencimento.

<sup>4</sup> Referido dispositivo apresenta nova redação dada pela Lei federal nº 9.527/97 (não recepcionada expressamente no Distrito Federal), com o escopo de corrigir distorção verificada na vigência do texto original do citado artigo 120, que passou, então, a guardar consonância com o comando do artigo 37, XVI, da CF (acumulação de cargos em compatibilidade horária).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 82  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*força de uma interpretação que contraria frontalmente a letra da lei maior, quando confere a uma lei ordinária a extensão que foi restringida pela lex mater. Acrescentou que o princípio maior do Direito Administrativo, que é o da legalidade, não poderia fugir ao cânone máximo do direito moderno, que é o do controle permanente e difuso da constitucionalidade, para que prevaleça a lei maior no confronto da legislação. E arrematou: “Onde a Lei (Maior) distingue o intérprete deve também distinguir”.*

20. *Em outra ocasião, mais recente, dessa feita nos autos do Processo TC 279.269/1993-5, o entendimento voltou à baila nas discussões que precederam ao Acórdão 1447/2003 – Plenário e, ratificado, constituiu parâmetro de orientação endereçada aos órgãos da Administração Pública Federal. Embora o posicionamento tenha-se consolidado quando já alterada a redação do artigo 120 da Lei nº 8.112/90 pela Lei nº 9.527/97, o novo texto não desnaturou os fundamentos anteriormente considerados, pois, na opinião do preclaro ministro-relator Benjamin Zymler, “o legislador visou tornar mais cristalina a sua aderência ao objetivo constitucional, seja no que pertine à possibilidade de acúmulo de remunerações seja na não necessária obrigação de afastamento dos cargos efetivos, no caso de investidura do servidor em cargo de provimento em comissão, desde que atendidos aqueles pressupostos (compatibilidade de horário e local com o exercício de um cargo efetivo)”.*

21. *Importa trazer a conhecimento trecho do voto em que estão presentes os pilares da orientação normativa adotada:*

*“(...) Da leitura do artigo 120 da Lei nº 8.112/90 verifica-se que a questão relativa à remuneração dos servidores enquadrados na hipótese em discussão não foi definida, deixando, com isso, um campo largo para as mais variadas interpretações.*

*Examinando o comando inserto no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (vedação de acumulação de cargos públicos), percebe-se que a disciplina norteadora da matéria possibilita a acumulação remunerada de cargos públicos, no entanto, restringe às hipóteses nele elencadas, respeitadas, ainda, a compatibilidade de horários e a necessária observância ao limite remuneratório. Dessa imprescindível necessidade de compatibilização de horários, emana o sentido constitucional da restrição de se remunerar ocupante de cargo público que não esteja exercendo sua atividade integralmente. Caso possível a acumulação remunerada com a superposição de horários de dois cargos, em determinados momentos estaria o servidor realizando atividades de apenas um, pois haveria limitação natural de se exercer ambos simultaneamente e, ao final, com o recebimento das remunerações correspondentes, estaria configurada a percepção sem a devida contraprestação laboral, não se adequando, assim, aos princípios da moralidade e da economicidade.*

*Seguindo essa linha de entendimento, não é difícil inferir que o dispositivo constante originalmente do art. 120 da Lei nº 8.112/90, (...),*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 83  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*deveria ser interpretado no sentido de que o afastamento do servidor de seus cargos lícitamente acumulados para investidura em cargo de provimento em comissão, acarretaria, também, a suspensão das retribuições pecuniárias correspondentes a que antes fazia jus no exercício dos dois cargos, percebendo, assim, tão-somente a remuneração do cargo em comissão, facultado o direito de opção da forma de sua composição, prevista em legislação específica."*

22. Como visto, mesmo antes de aperfeiçoada (em âmbito federal) a redação do artigo 120 da Lei nº 8.112/90, dotando-a de maior compreensão, a Corte de Contas federal cuidou da questão alusiva à remuneração dos servidores enquadrados na situação tratada naquele dispositivo, suprimindo a aparente lacuna mediante interpretação sistemática do texto constitucional e à luz dos princípios (expressos e implícitos) que dele emanam, em especial, os da moralidade e da economicidade.

23. Diante de tão percuciente análise empreendida pelo eg. TCU, anui-se à interpretação de que, na hipótese de investidura de servidor em cargo de provimento em comissão, nos termos do artigo 120 da Lei nº 8.112/90, seja o afastamento dos cargos efetivos, até então lícitamente acumulados, realizado, também, no tocante às correspondentes remunerações, exceto quando houver compatibilidade de horário e local, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidas.

24. De outra parte é necessário frisar que somente nesse último caso, a par de que o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança é submetido ao regime de integral dedicação ao serviço (40 horas semanais - como, aliás, dispõe o art. 19 da Lei nº 8.112/90), restar-lhe-ia a possibilidade de acumular um único cargo efetivo sob regime reduzido de trabalho (20 horas), desde que atendidos os pressupostos citados no parágrafo anterior. Isso lhe permitiria auferir a remuneração dos cargos efetivos cumulativamente com a parcela de remuneração mensal do provimento comissionado, aplicando-se a opção prevista no art. 3º da Lei-DF nº 1.141/96, e observado o disposto no art. 37, XI, da CF (teto remuneratório). Caso seja inconciliável o exercício simultâneo, subsistiria a prerrogativa de opção, porém, tão-somente, para perceber retribuições pecuniárias correspondentes a um dos cargos efetivos e ao cargo/função de confiança a ele associado, conferindo-se igualdade de condições, portanto, com os demais servidores que ostentem apenas um vínculo efetivo.

25. Apesar do juízo prévio acima externado, entende-se conveniente sugerir estudo especial a respeito da correta compreensão do comando contido no art. 120 da Lei nº 8.112/90, em interpretação conforme à Constituição, a par das considerações vertidas nos parágrafos anteriores. Compulsando a base de jurisprudência deste Tribunal, não se encontrou registro de que a matéria tenha sido devidamente dissecada no sentido de se estabelecer orientação, de natureza



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 84  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

normativa, aos órgãos e entidades jurisdicionados. Deve, assim, ser objeto de análise mais acurada, em processo apartado, pela unidade técnica da 4ª ICE que detém a atribuição de apreciar atos de admissão de pessoal, mais habituada, assim, às nuances que envolvem acumulação remunerada de cargos públicos.

26. No concernente à conversão automática de carga horária (de 20 para 40 horas) e percepção de remuneração com base na respectiva tabela remuneratória quando o servidor ocupante de cargo efetivo for nomeado para cargo em comissão, conforme alhures descrito (parágrafos 11 e 12), concorda-se na essência com a conclusão do órgão instrutivo de ser irregular sua aplicação, e por outro prisma.

27. O parágrafo único do artigo 9º do Decreto nº 25.324/04, que consagra a sobredita possibilidade, traz em seu bojo inovação jurídica não contida na lei de regência (Lei nº 2.469/99), o que afronta ao disposto no artigo 71, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pois, no âmbito da competência privativa do Governador do DF, a autorização de aumento de remuneração de servidores públicos distritais exige a materialização do ato sob a forma de lei, *stricto sensu*.

28. Nesse sentido já decidiu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em decisão assim ementada:

“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - PRO LABORE DE ÊXITO - BENEFICIÁRIOS - ART. 3º DA LEI Nº 7.711/88 E ART. 5º, IV, DO DECRETO Nº98.135/89 - EXTENSÃO DO PAGAMENTO DA VANTAGEM A OUTROS BENEFICIÁRIOS - ARTS. 84, IV, 87, PARÁGRAFO ÚNICO, II, E 61, PARÁGRAFO 1º, II, a, DA CF/88 - SUPRESSÃO DO PAGAMENTO PELA MENSAGEM SIAPE/MARE Nº 214421.

I - Instituído o art. 3º da Lei nº 7.711/88 o pro labore de êxito, nominando seus destinatários - peritos técnicos, inclusive Procuradores da Fazenda Nacional e Ministério Público Estadual, avaliadores e contadores - o poder regulamentar conferido ao Poder Executivo pelo art. 6º da Lei nº 7.711/88 e pelos arts. 84, IV e 87, parágrafo único, II, da CF/88 não autoriza a invasão de reserva de lei, suprimindo-a em matéria de exclusiva competência de norma legislativa em sentido formal e material.

II - A Portaria MEFP nº 548/92 e o Decreto nº 1.847/96, ao estenderem o pagamento pro labore de êxito a outros beneficiários que não os previstos no Decreto nº 98.135/89 e no art. 3º da Lei nº 7.711/88, respectivamente, extravasaram os limites do poder regulamentar e inovaram indevidamente na ordem jurídica, laborando em ilegalidade mesmo porque o aumento de remuneração de servidores públicos federais é matéria reservada à lei em sentido formal e material, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, a teor do art. 61, parágrafo 1º, II, a, da CF/88, descabendo, em tal matéria, ingerência do poder regulamentar do Executivo.

III - Ilegítima a extensão da vantagem a todos os servidores do quadro.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 85  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

permanente do MEFP e aos ocupantes de cargos de comissão do Grupo DAS e de funções de confiança, em efetivo exercício nas várias unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, irrelevante a alegada incompetência da autoridade que praticou o ato de suspensão de seu pagamento aos impetrantes, porquanto a eventual anulação do ato hostilizado não permitiria se reconheçam, em favor dos autores, direitos provenientes de atos nulos, por extravasarem os limites do poder regulamentar - Portaria MEFP nº 548/92 e Decreto nº 1.847/96."

(AMS 96.01.55619-2/DF, Publicado no DJ 30.05.1997, Relatora a Exma. Sra. Juíza Assusete Magalhães) (grifei)

29. Oportuno também trazer à baila ensinamentos do saudoso e consagrado doutrinador Hely Lopes Meirelles, verbis: "Sendo o regulamento, na hierarquia das normas, ato inferior à lei, não a pode contrariar, nem restringir ou ampliar suas disposições. Só lhe cabe explicitar a lei, dentro dos limites por ela traçados, ou completá-la, fixando critérios técnicos e procedimentos necessários para sua aplicação."

30. Nesse diapasão, a inferioridade normativo-hierárquica do instrumento utilizado para a concessão do benefício de transposição ao regime de 40 horas semanais, ao servidor investido em cargo em comissão, configurando hipótese de aumento remuneratório, inviabiliza o respectivo pagamento, sem olvidar que o procedimento também viola os postulados constitucionais da legalidade, da razoabilidade, da moralidade, da economicidade e do interesse público, o que nos leva a concluir pela ilegalidade da despesa porventura efetuada.

31. Por conta disso, e à luz do contido na Súmula nº 347-STF, oportuno que este Tribunal firme entendimento, desde já, de que o art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 25.324/04 não guarda compatibilidade com o disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, c/c os artigos 19, caput, e 71, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, devendo-se informar ao Excelentíssimo Senhor Governador, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e demais dirigentes das entidades e órgãos distritais que o Tribunal poderá negar validade aos atos fundamentados no referido preceito regulamentar.

32. Ante o exposto, o Ministério Público opina pelo acolhimento das sugestões formuladas às fls. 119/123, com os seguintes acréscimos:

a) recomende-se à 4ª ICE, por sua unidade técnica competente, a realização de estudo especial respeitante à exata compreensão do comando contido no art. 120 da Lei nº 8.112/90, em termos de contrapartida financeira e funcional aos que se enquadrarem na circunstância ali prevista, a par das considerações vertidas nos parágrafos 14 usque 24; e

b) à luz do contido na Súmula nº 347-STF, firme-se entendimento de que o art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 25.324/04, ao cuidar de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 86  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*matéria reservada à lei em sentido formal e material (aumento remuneratório de servidor público), não prevista na norma legal de regência (Lei nº 2.469/99), não guarda compatibilidade com o disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, c/c os artigos 19, caput, e 71, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, devendo-se informar ao Excelentíssimo Senhor Governador, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e demais dirigentes das entidades e órgãos distritais que o Tribunal poderá negar validade aos atos fundamentados no referido preceito regulamentar.”*

**APLICABILIDADE DO ART. 120 DA LEI Nº 8.112/90**

7. Pela Decisão nº 3714/07, item VI, alínea “a”, foi determinado à 2ª ICE a realização de estudos acerca dos seguintes pontos:

*“a) exata compreensão do comando contido no art.120 da Lei nº 8.112/90, em termos de contrapartida financeira e funcional aos que se enquadrarem na circunstância ali prevista, a par das considerações vertidas nos parágrafos 14 “usque” 24 do Parecer nº 602/2007 – MF;”*

8. O art. 120, da Lei nº 8.112/90, **redação oficial, aplicável ao Distrito Federal, por força da Lei Distrital nº 197/91**, assim dispõe:

*“Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta lei, que acumular lícitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.”*

9. No **âmbito federal**, em razão da Lei nº 9.527, de 10.12.97, o art. 120 foi alterado, passando a ter a seguinte redação:

*“Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.”*

10. Com a edição da Emenda Constitucional nº 34, de 2001, que alterou a redação da alínea “c”, do inciso XVI, do art. 37, houve maior flexibilização no tocante à hipótese de acumulação remunerada de cargos efetivos, in verbis:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 87  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.*

*[...]*

*c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.[...]*”

11. Tal permissão, na realidade, trata-se de uma exceção à regra geral, e essas são hipóteses exaustivas previstas na própria Constituição, cuja redação atualmente vigente permite que um servidor público da área da saúde possa acumular dois cargos públicos efetivos, condicionada à comprovação da compatibilidade de horários (art. 37, XVI, CF).

12. Conforme apresentado pela Ilustre Procuradora do MPC/DF em seu Parecer nº 602/2007-MF, a questão a ser enfrentada na interpretação do art. 120 supra é saber se o afastamento dos cargos efetivos imposto pela lei deve ocorrer com ou sem a percepção de remuneração.

13. Sobre o assunto, o próprio MP concordou com o entendimento fixado pelo Tribunal de Contas da União que, ao analisar situação semelhante a apresentada no Relatório de Auditoria nº 2.0002.06, posicionou no sentido de admitir acumulação de exercício de cargo em comissão com outro cargo efetivo apenas na hipótese “de haver contraprestação de serviço por um dos cargos efetivos, quando se verifique compatibilidade de local e carga horária com o exercício do cargo comissionado, o que representa compreensão mais adequada ao comando do artigo 120 da Lei nº 8.112/90, em sua redação originária<sup>5</sup>, tornando-o conciliável com o objetivo do texto constitucional (extraído do artigo 37, inciso XVI) e os princípios da moralidade e economicidade que devem nortear os atos administrativos.”

14. Mais recentemente, aquela Corte de Contas, ao manifestar-se acerca de consulta formulada sobre a legalidade de acumulação remunerada de

<sup>5</sup> Referido dispositivo apresenta nova redação dada pela Lei federal nº 9.527/97 (não recepcionada expressamente no Distrito Federal), com o escopo de corrigir distorção verificada na vigência do texto original do citado artigo 120, que passou, então, a guardar consonância com o comando do artigo 37, XVI, da CF (acumulação de cargos em compatibilidade horária).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 88  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*cargos efetivos, em que pese a alteração da redação do art.120 no âmbito Federal, manteve os fundamentos anteriormente considerados e confirmou o entendimento anterior:*

"TC 026.897/2006-6

*Natureza: Consulta.*

*Órgão: Tribunal Superior do Trabalho ▯ TST.*

*Interessado: Ronaldo José Lopes Leal, então Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ▯ TST.*

**SUMÁRIO:** CONSULTA. DÚVIDA SOBRE A LEGALIDADE DA PERCEPÇÃO DA REMUNERAÇÃO CORRESPONDENTE A DOIS CARGOS EFETIVOS EM ÓRGÃOS DISTINTOS, CONSTITUCIONALMENTE CUMULÁVEIS, CONJUGADA À ESPECIAL CIRCUNSTÂNCIA DE INVESTIDURA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, COM OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO NA FORMA DO ART. 5º DA LEI N. 10.475/2002. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA LEI, COM REGRA DE NATUREZA SEMELHANTE. CONHECIMENTO.

1. É lícito ao servidor do Poder Judiciário ocupante de dois cargos efetivos acumuláveis na forma da Constituição Federal, investido em Cargo em Comissão, receber, além da remuneração dos dois cargos efetivos, o acréscimo decorrente do exercício de Cargo em Comissão de que tratam as regras previstas nos incisos I e II do § 2º do art. 18 da Lei n. 11.416/2006, desde que existente compatibilidade de horário e local de trabalho entre o cargo efetivo que continuará exercendo e o Cargo em Comissão para o qual foi investido, assim declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidas, consoante dispõe o art. 120 da Lei n. 8.112/1990.

2. A investidura em Cargo em Comissão ou Função de Confiança impõe ao servidor, mesmo que ocupante de cargo efetivo com regime especial de trabalho, o cumprimento da jornada integral prevista no âmbito do respectivo órgão ou entidade, ainda que venha a optar pela remuneração do cargo efetivo.

3. A concretização das prerrogativas descritas nos arts. 120 da Lei n. 8.112/1990 e 18, § 2º, da Lei n. 11.416/2006 não pode incidir, de forma alguma, na vedação de acumulação prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, devendo ser observado, em cada caso, as exceções descritas nas alíneas **a**, **b** e **c** do referido dispositivo constitucional."

15. Assim, em consonância com os entendimentos acima, o servidor médico, lícitamente ocupante de dois cargos efetivos, ao ser nomeado para o exercício de cargo em comissão, poderá receber, caso faça opção, a remuneração dos dois cargos efetivos, com o acréscimo decorrente do exercício do cargo em comissão, na forma da legislação específica, desde que existente a compatibilidade de horário e local de trabalho entre o cargo efetivo que continuará exercendo e o cargo em comissão para o qual foi investido.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 89  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

16. *Essa deve ser a compreensão mais adequada ao comando do art.120 da Lei 8.112/90, visto que estaria conciliável com o texto constitucional (possibilidade de acumulação de cargos havendo compatibilidade de horários) e com a legislação específica (art.19 da Lei 8.112/90 não impõe vedação para o ocupante de cargo em comissão exercer outro cargo).*

17. *No caso de o servidor acumular cargos efetivos e cargo em comissão e **não cumprir** uma das jornadas laborais, mas receber remuneração a ela relativa, configura ofensa de princípios da Administração Pública, como, por exemplo, os da moralidade, legalidade, com a transgressão das normas citadas, configurando enriquecimento sem causa.*

18. *Importante observar que as regras acima também valem para servidores cedidos ou requisitados, pois nem a Constituição nem as demais normas pertinentes ao assunto distinguem, na acumulação, o fato de o servidor encontrar-se nessas situações.*

19. *A requisição/cessão para o exercício do cargo comissionado não modifica a situação, nem autoriza a permanência de situação inacumulável. Tampouco a aquiescência do órgão cedente significa que a cessão foi em situação acumulatória, uma vez que a anuência, não seria capaz de elidir a irregularidade.*

20. *Assim, diante dos fatos e do minucioso parecer apresentado pelo MPC/DF, entendemos que poderiam ocorrer as seguintes hipóteses de acumulação lícita de cargos públicos:*

**- 1ª Hipótese - Profissional médico ocupante de cargo efetivo de Perito Médico Legista na Polícia Civil, com jornada de 40 horas semanais, e Médico na Secretaria de Saúde, com jornada de 20 horas semanais, ou vice-versa:**

**a)** *havendo compatibilidade de horários, a remuneração far-se-á pelos dois cargos (art. 37, XVI, CF)*

**b)** *não havendo compatibilidade de horários, é ilegal a acumulação, na forma do art. 37, XVI, CF.*

**- 2ª Hipótese - Caso esse médico seja nomeado para cargo em comissão onde exerce jornada de 40 horas (PC/DF):**

**a)** *facultada a opção pela remuneração correspondente ao vencimento do cargo efetivo acrescido da representação mensal (art. 3º Lei. 1.141/96);*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 90  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*b) facultada a opção pela remuneração do cargo em comissão (valor cheio), abrindo mão da remuneração do cargo efetivo (art. 3º Lei. 1.141/96);*

*c) facultada a possibilidade de acumular as opções "a" ou "b" com o outro cargo efetivo (20 horas), caso haja compatibilidade de horários (art. 37, XVI, CF) e ocorra a contraprestação do serviço.*

**- 3ª Hipótese - Médico nomeado para exercer cargo em comissão no local onde exerce jornada semanal de 20 horas (SES/DF):**

*a) Em razão da nomeação para cargo em comissão, exigindo dedicação integral ao serviço, nos termos do Parágrafo único do art. 19 da Lei nº 8.112/90 (redação original), fará jus a receber 40 horas, sendo facultada a opção pela remuneração correspondente ao vencimento do cargo efetivo (40 horas), acrescido da representação mensal (art. 3º Lei. 1.141/96);*

*b) neste caso, ficaria o servidor impossibilitado de acumular outro cargo efetivo com carga de 40h, em razão da incompatibilidade de horários.*

21. Diante do exposto, tem-se que, na hipótese de investidura de servidor em cargo de provimento em comissão, nos termos do art. 120 da Lei nº 8.112/90, seja o servidor afastado dos cargos efetivos, até então acumulados lícitamente, com a suspensão das correspondentes remunerações, sendo facultado, nesse caso, optar pela remuneração correspondente ao cargo efetivo, acrescida da representação mensal. Caso haja compatibilidade de horários e locais e ocorrendo a contraprestação do serviço, faculta-se a possibilidade de acumular a hipótese do parágrafo anterior com o outro cargo efetivo, respeitado o limite de 60 (sessenta) horas semanais, nos termos da Decisão nº 1734/00, II.

**LEGALIDADE/INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO Nº 25.324/04**

22. Pela Decisão nº 3714/07, item VI, alínea "b", foi determinado à 2ª ICE a realização de estudos acerca da legalidade dos arts. 3º, 4º e 9º do Decreto nº 25.324/04:

**"VI – determinar** à 2ª ICE, por sua unidade técnica competente, a realização de estudos especiais acerca dos seguintes pontos:

**[...]**

*b) regularidade ou não (legalidade/constitucionalidade) das normas instituídas pelo Decreto nº 25.324/04, sobretudo as previstas nos arts. 3º, 4º e 9º, levando em consideração os argumentos trazidos pela nobre*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 91  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*representante do Ministério Público no parecer citado acima, bem como os dos votos subsequentes. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto. Decidiu, mais, por unanimidade, conferir caráter prioritário e urgente à determinação constante do item VI desta decisão;"*

23. O Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 25.324, de 10 de novembro de 2004, autorizou os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho aos servidores integrantes das carreiras do serviço público do Distrito Federal, observadas as condições contidas no art. 1º, in verbis:

*"Art. 1º - Ficam autorizados os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho aos servidores integrantes das carreiras do serviço público do Distrito Federal, observadas, rigorosamente, as seguintes condições:*

*I - comprovação da necessidade de ampliação da carga horária para garantir a execução dos serviços;*

*II - disponibilidade orçamentária e financeira para custear o aumento da despesa durante o exercício; e*

*III - realização de avaliação semestral do desempenho das Unidades beneficiárias, mediante publicação de ato do titular do órgão respectivo."*

24. Nos arts. 3º e 4º<sup>6</sup>, do mesmo decreto, o Executivo local, entendeu por elencar as hipóteses em que não se admite a opção pelo regime de quarenta horas, bem como os motivos que levam ao cancelamento do mesmo, da seguinte forma:

*"Art. 3º - É vedada a concessão do regime opcional de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais aos servidores que:*

*I - possuam carga horária reduzida por força de legislação específica;*

*II - estejam em gozo de qualquer licença ou afastamento previstos em lei;*

*III - sejam beneficiários de horário especial.*

*Art. 4º - Os afastamentos e licenças previstos em lei implicam no cancelamento automático do regime de 40 (quarenta) horas, exceto aqueles decorrentes de:*

*I - licença para tratamento de saúde;*

<sup>6</sup> Os incisos IV, V e VI foram acrescentados pelo Decreto nº 25.567 de 11 de fevereiro de 2005, o inciso VII, pelo Decreto nº 26.065, de 28 de junho de 2005..



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 92  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*II - participação em cursos e ou treinamentos de interesse*

*a Administração;*

*III - férias.*

*IV – licença à gestante, à adotante e à paternidade;*

*V – afastamentos previstos no art. 97 da Lei nº 8.112/90;*

*VI – abono de ponto de que trata a Lei nº 1.303, de 16*

*de dezembro de 1996*

*VII – licença por motivo de doença em pessoa da família, por até 90 (noventa) dias e eventual prorrogação, nos termos do art. 83 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

*Parágrafo único. O gozo de licença-prêmio por assiduidade, prevista na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, implica na suspensão do regime de 40 (quarenta) horas, enquanto durar o afastamento.”*

25. *Traz também, o mesmo decreto, a outra situação cuja legalidade foi questionada pelo MP, qual seja: o servidor ocupante de cargo efetivo que, ao ser nomeado para cargo em comissão, passa a receber o vencimento básico de acordo com a carga de 40 horas (art. 9º do Decreto nº 25.324/04 alterado pelo pelo Decreto nº 25.567, de 11 de fevereiro de 2005):*

*“Art. 9º - A opção de que trata o artigo 1º não se aplica ao servidor nomeado para ocupar cargo em comissão.*

*§1º O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica.*

*§2º O disposto neste artigo não se aplica a substituto de cargo em comissão quando o afastamento do titular for igual ou inferior a 30 (trinta) dias.*

*§3º Quando o cargo em comissão for exercido em órgão diverso do de lotação do servidor, o ônus decorrente da aplicação do disposto no §1º será do órgão mantenedor da remuneração do cargo efetivo.” (DESTACAMOS)*

26. *No que diz respeito ao contido na alínea “b” do item VI da Decisão nº 3714/07, acerca da legalidade/constitucionalidade de tais dispositivos, vale tecer alguma considerações sobre o poder regulamentar.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 93  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

27. A CF atribui aos Chefes dos Poderes Executivos a competência para expedir decretos e regulamentos com vistas à fiel execução de leis, conforme disposto no art. 84, IV, da Lei Maior.

28. No âmbito do Distrito Federal, a competência do Governador no tocante ao poder regulamentador está prevista no art. 100, VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal. É a competência para editar atos administrativos de caráter normativo, expedidos pelo Executivo distrital para nortear a adequada aplicação das leis.

29. Entre inúmeros doutrinadores, Diógenes Gasparini nos ensina que poder regulamentar resume na "atribuição privativa do chefe do Poder Executivo para, mediante decreto, expedir atos normativos, chamados regulamentos, compatíveis com a lei e visando desenvolvê-la."<sup>7</sup>

30. Do ponto de vista dos ensinamentos doutrinários, o que vislumbramos do conteúdo dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 25.324, de 10 de novembro de 2004 é que estes dispositivos não criam direito novo, tampouco restringem. Tanto um como o outro artigo mencionados, ao indicarem as hipóteses em que não se admite a opção pela jornada de trabalhos sob o regime de quarenta horas, bem como os motivos que levam ao cancelamento da opção, não inovaram no mundo jurídico, apenas minudenciam as normas dispostas no diploma legal (Lei nº 2.663/01 onde está disposto que "Aplica-se a todas as carreiras do serviço público do Distrito Federal, mediante ato do Poder Executivo e de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, o regime de quarenta horas semanais instituído pelo art. 1º da Lei nº 948, de 30 de outubro de 1995.") a fim de dar-lhe aplicabilidade e resguardar o bem público.

31. Essa normatização faz parte da delegação legislativa que é competência do Poder Executivo, que estabelece regras de execução, assegurando a aplicação uniforme da lei.

32. O Executivo tem a prerrogativa de, entendendo as necessidades que não foram detectadas ou previstas com minúcias pelo Legislativo, atuar prescrevendo situações que têm a finalidade, como dissemos, de tornar factível a execução das leis. Assim, não vemos qualquer afronta legal nos dispostos dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 25.324/04.

33. Outro questionamento é no tocante ao § 1º do art. 9º do mesmo decreto, que assim dispõe:

*"Art. 9º - A opção de que trata o artigo 1º não se aplica ao servidor nomeado para ocupar cargo em comissão.*

<sup>7</sup> GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 176-179.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 94  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

§1º O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica.

§2º O disposto neste artigo não se aplica a substituto de cargo em comissão quando o afastamento do titular for igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

§3º Quando o cargo em comissão for exercido em órgão diverso do de lotação do servidor, o ônus decorrente da aplicação do disposto no §1º será do órgão mantenedor da remuneração do cargo efetivo.” (destacamos)

34. Quanto à aplicabilidade desse artigo, discordamos do esposado pelo douto Ministério Público de Contas/DF. Citado dispositivo garante aos servidores efetivos, ocupantes de cargo em comissão, a percepção da remuneração equivalente a 40 (quarenta) horas semanais. Tal direito coaduna-se com o disposto no art. 19, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, o qual dispõe que:

“Art. 19. O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Parágrafo único. Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo o servidor ser convocado sempre que houver interesse da administração.”

35. A norma transcrita impõe ao ocupante do cargo em comissão a dedicação integral e a **jornada de 40 (quarenta) horas semanais**. Por essa razão, o Parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 25.324, em sintonia com essa norma, obriga a Administração a remunerar o servidor que se encontre nessas condições, com a percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário. Ou seja, o objetivo da norma é de apenas suprimir a faculdade da jornada de 20 (vinte) horas para o ocupante de cargo em comissão.

36. A par da discussão acerca da legalidade dos arts. 3º, 4º e 9º do Decreto nº 25.324/04, importante registrar que a situação abordada na auditoria não se enquadra no objeto deste debate, pois retrata situação diferente. O que ficou evidente na auditoria é a interpretação equivocada da regra permissiva de acumulação lícita de cargos efetivos, por parte da SES. Como visto, a acumulação em si é perfeitamente possível, caso o servidor permaneça exercendo suas atribuições em ambos os locais, e sendo remunerado sobre jornadas de trabalho efetivamente exercidas. A ilegalidade verificada é quanto à interpretação do § 1º do art. 9º do Decreto nº 25.324/04 por parte da SES/DF, que dispensa o médico de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 95  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*exercer suas atividades laborais quando este é nomeado para cargo em comissão em outro local, e, ainda, remunerá-lo com base na carga horária de 40 horas, mesmo que o servidor no cargo dispensado exerça jornada de apenas 20 horas semanais.*

37. Assim, entendemos que, no caso dos arts.3º,4º e 9º do Decreto nº 25.324/04, não houve afronta à Lei 2.663/01, não havendo extrapolação da competência regulamentar do executivo. O regulamento limitou-se a explicar a aplicação da lei, não tendo criado direito novo.

**CONCLUSÃO**

38. Verifica-se que o estudo determinado pelo Plenário teve seu objeto analisado de forma percuciente pelo MPC/DF, quando da apresentação do Relatório de Auditoria objeto do processo nº 30.016/06, razão pela qual concorda-se, em essência, com o esclarecedor Parecer daquele Parquet.

Diante desse quadro, a 2ª ICE sugere à Corte que adote as medidas arroladas à fl. 24.

Em parecer de autoria do eminente Procurador Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, o Ministério Público corrobora, com ajustes, as proposições do corpo técnico. São palavras suas:

17. É certo que o artigo 120 da Lei nº 8.112/90, na redação original, aplicável no âmbito do distrito federal, estabelece que:

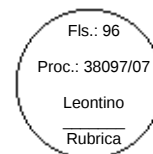
*“Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.”*  
Grifei.

18. Como bem acentuou a Inspeção, referido dispositivo foi alterado na esfera federal (pela Lei nº 9.527/97), passando a contar com a seguinte redação:

*“Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



**com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.” Destaquei.**

19. É consabido que a Carta Magna veda expressamente a acumulação remunerada de cargos, salvo as hipóteses que excepciona, a teor do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c” (com a redação dada pela EC nº 34/01), exigindo-se, nesses casos, “compatibilidade de horários”.

20. Depreende-se, portanto, que acumulação lícita de 2 (dois) cargos públicos efetivos, de que trata o artigo 120 da Lei nº 8.112/90 (tanto no âmbito federal, como no distrital) está diretamente relacionada às exceções de que trata o artigo 37, inciso XVI, da Carta Política. Ou seja: a) de dois cargos privativos de professor, b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, bem como: c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Extrai-se que a hipótese observada na auditoria (acumulação de cargos efetivos de médico na Secretaria de Saúde/DF e perito-médico-legista na Polícia Civil/DF) decorre desta última hipótese, não olvidando a ulterior nomeação para o exercício de cargo comissionado na PCDF.

21. Eis o que dispôs o Manual de Normas e Procedimentos Administrativos da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do DF, no Módulo: Direitos e Vantagens, Título II: Acumulação de Cargos:

“6 – Segundo o disposto no Parecer nº 070/2000 da 4ª SPR/PRG, é permitida a acumulação, nas seguintes situações:

- a) servidor ocupante de cargo de Policial Civil Perito Médico-Legista com outro cargo público privativo de Médico;
  - b) o servidor ocupante de cargo de Perito Médico-Legista com outra atividade privativa de Médico em estabelecimento hospitalar de caráter privado;
  - c) o servidor ocupante de cargo de Perito Médico-Legista com atividade de Consultoria Técnica para laboratório privado ou como perito privado em causas judiciais devido à possibilidade de conflito de interesses.
- 6.1) Os Peritos Médicos-Legistas são policiais civis e como tais estão submetidos ao regime de dedicação exclusiva, com a ressalva de poder exercer a medicina em estabelecimento público ou privado, cumprindo, todavia, a carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais na Polícia Civil (Parecer 070/2000 – 4ª SPR).

22. Respeitante à compatibilidade de horários, mediante a Decisão nº 1734/00, adotada no Processo nº 2.553/93, o Tribunal estabeleceu que, nas hipóteses de acumulação de cargos, deve-se observar a carga horária máxima de 60 (sessenta) horas. Sob esse aspecto, importante trazer à baila excerto do Parecer n 3.440/99, da lavra da Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, exarado naqueles



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 97  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

autos:

12. No que se refere à carga horária semanal máxima permitida, converge este parquet com o posicionamento manifesto pela Inspetoria. De fato, no caso de acumulação de dois cargos, não há que se falar em carga horária semanal de 80 horas, preservando-se, assim, tanto a integridade física como a psicológica do servidor. Desse modo consideramos ilícita a possibilidade do servidor ficar submetido a dois regimes de 40 horas semanais, seja pela incompatibilidade razoável de horários, seja pela preservação do regime laboral do servidor.

13. Lembro, por fim, que quando da acumulação deve-se comprovar que na hipótese houve a compatibilidade de horários, respeitado sempre o limite de 60 horas semanais.

23. Pode-se considerar, de plano, que os cargos excepcionados como acumuláveis, devem totalizar o exercício laboral de 60 (sessenta) horas mensais.

24. Por seu turno, o Parágrafo único do artigo 19 da Lei nº 8.112/90 estabelece que, em relação aos ocupantes de cargos em comissão, além de se cumprir a jornada de 40 (quarenta) horas, prevista no **Caput** do referido Dispositivo, exige-se "integral dedicação ao serviço, podendo o servidor ser convocado sempre que houver interesse da administração".

25. Vislumbra-se que a determinação inserta no artigo 120 da Lei nº 8.112/90, no sentido de que o ocupante do cargo em comissão "ficará afastado de ambos os cargos" decorre justamente da necessidade de "integral dedicação" ao cargo comissionado que passará a ocupar, mormente em função da carga horária (40 horas), aliada à disponibilidade de convocações extraordinárias, em face da supremacia do interesse público, porventura emergente, em detrimento do interesse privado.

26. Sob esse aspecto, no entender Ministerial, a determinação de afastamento de ambos os cargos efetivos, por si só, não tem o condão de garantir aos respectivos interessados a percepção de dupla remuneração (alusivas aos cargos efetivos), mais as vantagens do cargo comissionado que passou a ocupar (observada a "opção"). Tome-se, por exemplo, acumulação de um cargo de Professor e outro Técnico ou Científico. Ora, se deixar de exercer qualquer atividade em um dos vínculos (exemplo: Professor), não há se falar em necessidade de contraprestação pelo Estado. No outro vínculo (exemplo: Técnico), ao assumir o cargo comissionado (exemplo: Direção, Chefia, Assessoramento), deixará de exercer as funções (técnicas) específicas do cargo efetivo (Fiscal, Arrecadador, Perito, Contador, etc), para se dedicar àquela função comissionada, observada a possibilidade de opção pela remuneração desse cargo efetivo ao qual está vinculada a função comissionada, pois continua laborando em benefício do Órgão.

27. Noutro prisma, em uma visão mais abrangente, poder-se-á admitir a continuidade efetiva da acumulação de cargos, desde que não maculados os preceitos constitucionais e demais regras infraconstitucionais que regulam a matéria. Ou seja, nessa linha, inexistiria óbice para a continuidade do exercício do cargo de magistério, deste que atendido os requisitos preestabelecidos (cargo acumulável, compatibilidade de horários, por mais 20 - vinte - horas semanais, observando-se





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 98  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

que o anterior já pressupõe 40 – quarenta – horas). Nesse caso, dada a efetiva prestação de serviços, é que se admitiria a remuneração, também, em função de ambos os cargos efetivos.

28. Converge nesse sentido o posicionamento do MPC/DF, da lavra da Dra. Márcia Cunha Farias (Parecer nº 602/07-MF), motivador dos presentes estudos. Observe-se:

(...)

29. Note-se que, nos casos examinados na Auditoria, o exercício do cargo de Perito-Médico-Legista (área voltada ao profissional de saúde), por si só pressupõe o exercício de quarenta horas. Havendo nomeação para o exercício de cargo em comissão (cuja previsão legal também é de quarenta horas, com dedicação exclusiva), em que pese deixar de exercer as funções técnicas específicas dos “Peritos-Médicos” e passe a se dedicar exclusivamente ao cargo comissionado correspondente, nada obsta que faça “opção” pela percepção da remuneração inerente ao cargo efetivo, acrescido das vantagens advindas do cargo em comissão, na forma da lei (exemplo: representação mensal), como ocorre em relação aos servidores que possuem um só vínculo funcional.

30. Caso o mesmo servidor possua outro vínculo funcional com a Secretaria de Saúde do DF (conforme também verificado na Auditoria), a despeito de se tratar de cargo acumulável (afeto ao profissional de saúde), consoante o que preceitua o artigo 120 da Lei nº 8.112/90, de regra, há também que se afastar desse cargo efetivo. Contudo, à luz dos princípios da razoabilidade, do interesse público, da moralidade, do enriquecimento sem causa, entre outros, inexistente amparo jurídico plausível para que continue a perceber a remuneração correspondente a esse outro vínculo (quer sobre 20 horas, quer sobre 40 horas). Ou seja, a SES/DF não teria a obrigação de suportar um ônus em favor de um servidor que sequer lhe presta serviços, ou, ainda, que percebe remuneração pelos serviços efetivamente prestados a outro órgão.

31. Noutra senda, em análise menos restritiva, respeitante aos cargos acumuláveis, em havendo a compatibilidade de horários e a efetiva prestação de serviços, o que somente se verificaria em relação ao acréscimo de mais uma jornada de 20 (vinte) horas (totalizando-se 60 horas) é que se admitiria uma mitigação dos efeitos das disposições do artigo 120 da Lei nº 8.112/90, sob o prisma da razoabilidade, com vistas a se admitir a continuidade do efetivo exercício dessa carga laboral, com a devida contraprestação estatal, ante a proibição de enriquecimento sem causa (ou seja, remuneração específica de 20 horas, não havendo que se falar em opção pela carga de 40 horas).

32. Porém, vislumbra-se que a questão ainda comporta temperamentos. Pressupõe-se, ainda, que o quesito principal de acumulatividade somente nas hipóteses excepcionadas pela Constituição Federal ainda deve prevalecer. Exemplificando: em se tratando de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (artigo 37, inciso XVI, alínea “c”, da CF), para que possa haver a continuidade da acumulação (ex. Médico na SES/DF, por 20 horas), ao se afastar das funções específicas (Perito-Médico-



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 99  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

*Legista na PCDF, 40 horas), o cargo comissionado a ser ocupado na PCDF (por 40 horas) deve estar estritamente relacionado com o permissivo constitucional, ou seja, decorrer do exercício de cargo/função privativa de "profissional de saúde" (que exija tal condição para o seu exercício).*

33. *Noutra hipótese, um Professor que acumule um cargo Técnico, ao passar a exercer um cargo comissionado naquele primeiro vínculo, caberá a continuidade da acumulação desde que o cargo em comissão (40 horas) seja específico do profissional de magistério e este último comporte 20 (vinte) horas. Em se tratando do exercício comissionado relativo ao segundo vínculo, há que ser averiguada a natureza "técnica" desse cargo comissionado (porquanto se afastará do cargo efetivo), para que se vislumbre a possibilidade. Nesse sentido, tem-se o Acórdão-TJDFT nº 121146, cuja ementa é a seguinte:*

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS - PRO-FESSOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO DE ENCARGADO DE APOIO LOGÍSTICO EM OUTRA ENTIDADE PÚBLICA - IMPOSSIBILIDADE.

I - POR EXPRESSO MANDAMENTO CONSTITUCIONAL, A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS E EMPREGOS, NO SERVIÇO PÚBLICO, É EXCEÇÃO QUE NÃO COMPORTA TEMPERAMENTOS E SO-MENTE PODE SER EFETIVADA NAS HIPÓTESES ESTATUÍDAS PELA LEX MATER. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, INCISO XVI.

II - O CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO A QUE SE REFERE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A RIGOR DA ORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIA EM PREVALÊNCIA, É ATRIBUÍDO ÀQUELE QUE, "PELA NATUREZA DO CARGO, NELE PÔE EM PRÁTICA MÉTODOS ORGANIZADOS QUE SE APOIAM EM CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS CORRESPONDENTES" (CF. PONTES DE MIRANDA). NELE NÃO SE INSERINDO A ATIVIDADE DE SUPORTE A TRABALHO TÉCNICO A OUTREM ATRIBUÍDO. Grifei

III - NO MANDADO DE SEGURANÇA, VIA QUE NÃO COMPORTA DILAÇÃO PROBATÓRIA, AUSENTE A PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO DIREITO VINDICADO, HÁ DE SER DENEGADA A SEGURANÇA PRETENDIDA, EIS QUE INEXISTE A LIQUIDEZ E CERTEZA ESSENCIAIS À AÇÃO.

34. *No mesmo sentido o Acórdão nº 145.024, da 4ª Turma Cível do TJDFT, em que se negou provimento ao recurso, mediante o qual o recorrente pretendia a continuidade da acumulação de um cargo efetivo de Professor e de um cargo comissionado de Assessor em outro órgão, consoante um dos argumentos do nobre Desembargador-Relator, cujo excerto a seguir se apresenta:*

(...)

*Na hipótese em tela, o que o impetrante não comprovou foi a natureza técnica ou científica do cargo de assessor que ocupa. Além da declaração de fl. 17, não restou evidenciada nos autos a complexidade das funções que exerce, bem como os conhecimentos científicos sistematizados, adquiridos mediante habilitação técnico-profissional específica de nível superior de ensino, conforme estabelece o art. 3º, do ainda vigente Decreto nº 35.956, de 2/8/1954. Grifei.*

(...)

35. *Conclui-se, portanto, que se mostram corretas as conclusões externas pela ilustre Procuradora Márcia Cunhas Farias sobre o tema, ora encampadas pela Instrução, e por este representante Ministerial, com o acréscimo de que, no caso de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 100  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

continuidade de acumulação de cargos, há que se observar as hipóteses excepcionadas na Carta Magna.

(...)

37. Os questionamentos acerca da regularidade ou não das normas instituídas pelo Decreto nº 25.324/04 (legalidade/constitucionalidade), a partir das considerações da nobre Procuradora Márcia Cunhas Farias, abrangeram os artigos 3º, 4º e 9º do referido Diploma.

38. Vale reiterar que o artigo 1º do Decreto nº 25.324/04 autorizou os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais aos servidores distritais, observadas, rigorosamente, a “comprovação da necessidade de ampliação da carga horária para garantir a execução dos serviços (I), a “disponibilidade orçamentária e financeira para custear o aumento da despesa durante o exercício” (II); bem como a “realização de avaliação semestral do desempenho das Unidades beneficiárias, mediante publicação de ato do titular do órgão respectivo (III).”

39. Por seu turno, o artigo 3º vedou “... a concessão do regime opcional de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais aos servidores que: I - possuam carga horária reduzida por força de legislação específica; II - estejam em gozo de qualquer licença ou afastamento previstos em lei; III - sejam beneficiários de horário especial. O artigo 4º preconiza que “Os afastamentos e licenças previstos em lei implicam no cancelamento automático do regime de 40 (quarenta) horas, exceto aqueles decorrentes de: I - licença para tratamento de saúde; II - participação em cursos e ou treinamentos de interesse a Administração; III - férias; IV - licença à gestante, à adotante e à paternidade; V - afastamentos previstos no art. 97 da Lei nº 8.112/90; VI - abono de ponto de que trata a Lei nº 1.303, de 16 de dezembro de 1996, e VII - licença por motivo de doença em pessoa da família, por até 90 (noventa) dias e eventual prorrogação, nos termos do art. 83 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e, ainda VIII - “licença-prêmio por assiduidade, consoante alterações introduzidas pelos Decretos nº 25.567/05 e nº 26.593/06.

40. Em outra linha, o artigo 9º reza que “A opção de que trata o artigo 1º não se aplica ao servidor nomeado para ocupar cargo em comissão. O § 1º do referido artigo contempla que “ O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica”. Grifei. Na visão Ministerial, o disposto no § 1º aplica-se, se e somente se, o ocupante de cargo efetivo, ao ser nomeado para o cargo em comissão, passar a exercer efetivamente a carga horária de 40 (quarenta) e, tão-somente, em relação ao referido vínculo, em razão da “dedicação integral” que passa a ter com o Órgão. Ou seja, jamais se poderá estender o benefício em relação a outro vínculo que sequer prestará 40 (quarenta) horas (no máximo 20) e que, caso não preste os serviços (se afaste), sequer fará jus a remuneração.

41. Acerca da questão, no entender deste representante Ministerial, o conteúdo dos artigos 3º, 4º e 9º do Decreto nº 25.324/04 não extrapolam as leis que



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

Fls.: 101  
Proc.: 38097/07  
Leontino  
Rubrica

regem a matéria. Todavia devem ser aplicados em consonância com os demais Dispositivos Legais que regem a matéria, à luz da coerência, da razoabilidade e da proporcionalidade. Além da Lei nº 2.663/01, dentre outros normativos de Carreiras específica, que já prevêem a possibilidade da adoção do regime de 40 (quarenta) horas no âmbito do DF, para os servidores distritais, especificamente no que se refere à remuneração do servidor efetivo, quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, a determinação de que se faça a referida contraprestação com base na carga horária de 40 (quarenta) horas, vai justamente ao encontro do que dispõe o artigo 19, e parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, que estabelece, *in verbis*:

“Art. 19. O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Parágrafo único. Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo o servidor ser convocado sempre que houver interesse da administração.”

42. Nessa linha, não se vislumbra, **prima facie**, que houve a extrapolação do poder regulamentar, e/ou desrespeito à hierarquização de Norma maior. Considerando-se que a Lei já previu, para o ocupante de cargo comissionado, o exercício de 40 (quarenta) horas, com integral dedicação ao serviço (o que necessariamente não pressupõe dedicação exclusiva), nada mais justo que seja remunerado com base na referida carga horária, isto é, em relação ao vínculo efetivo para o qual está sendo efetivamente nomeado. Ou seja, o que não se pode é suplantar esse entendimento em relação ao segundo vínculo, para ou qual deixou de exercer suas atividades (afastou-se, na forma do artigo 120 da Lei nº 8.112/90), ou manteve o exercício laboral, em face da cumulatividade e da compatibilidade de horários, por mais 20 (vinte) horas. Neste último caso, a remuneração do segundo vínculo deverá, necessariamente, obedecer a carga horária de 20 (horas), à luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, dentre outros, em razão da efetiva prestação de serviços, se houver.

43. Sob esse prisma, este representante Ministerial tem como plausível a linha de raciocínio engendrada pela Inspeção.

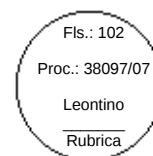
44. Cumpre salientar, por oportuno, que, nos Processos nº 5.323/96 (Decisão nº 7.741/99) e nº 4.638/95 (Decisão nº 7735/99), o Tribunal considerou como plausível a contagem de tempo como efetivo exercício durante o período em que o servidor esteve afastado de ambos os cargos efetivos (com esteio no artigo 120 da Lei nº 8.112/90), para o exercício de cargo comissionado. A contagem de tempo se deu com fulcro no artigo 102, inciso II, da Lei nº 8.112/90. Todavia, não se discutiu a possibilidade de tríplex remuneração.

45. Pelo opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Inspeção, com os ajustes a seguir (...):

Não merecem reparos as considerações do douto Ministério



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



Público, as quais adoto como razões de decidir.

### **VOTO**

Em decorrência das informações e conclusões do corpo técnico, com os ajustes efetuados pelo douto Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário

I – tome conhecimento deste estudo, dando por cumprido o item VI da Decisão nº 3714/07;

II – delibere no sentido de que:

1) nos termos do art. 120 da Lei nº 8.112/90, a investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos, acumuláveis na forma da Constituição Federal, sujeitá-lo-á ao afastamento dos cargos efetivos, com a suspensão das correspondentes remunerações, observadas, contudo, estas outras possibilidades:

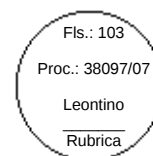
a) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos, ao servidor será facultado optar pela remuneração cheia do cargo em comissão (vencimento integral + representação mensal) ou pela remuneração do referido cargo efetivo, acrescida da representação mensal e de percentual do vencimento do cargo em comissão, na forma da legislação específica;

b) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos e, ainda, haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da alínea anterior, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitado o





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



limite de 60 (sessenta) horas semanais (Decisão nº 1734, II) e a natureza de “acumulatividade” das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuída na CF;

2) o Decreto nº 25.324/04 guarda conformidade com as normas de hierarquia superior, sendo que o disposto no seu artigo 9º, parágrafo 1º (“o servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica”), é aplicável se, e somente se, o ocupante de cargo efetivo, ao ser nomeado para o cargo em comissão, passar a exercer efetivamente 40 (quarenta) horas semanais, e, tão-somente, em relação ao referido vínculo, em razão da “dedicação integral” que passa a ter com o órgão, sem prejuízo do disposto nos itens/alíneas anteriores;

III – autorize o arquivamento destes autos.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2008.

**RONALDO COSTA COUTO**  
**Conselheiro-Relator**

LJVB